

SUMÁRIO

Título XXXVII – A Teoria Geral dos Procedimentos Especiais

Capítulo CLXX – A Teoria Geral dos Procedimentos Especiais 41

Cândido Rangel Dinamarco

- 2.551. o estado da doutrina acerca dos procedimentos especiais 41
- 2.552. o valor sistemático do procedimento e das normas procedimentais 42
- 2.553. o quadro geral dos procedimentos especiais no processo civil
brasileiro 44
- 2.554. só no processo de conhecimento..... 45
- 2.555. sobre os pressupostos de admissibilidade do julgamento do mérito..... 45
- 2.556. os elementos estruturais básicos 45
- 2.557. as garantias constitucionais do processo..... 46
- 2.558. os procedimentos especiais adequados segundo a relação de
direito material em questão 47
- 2.559. as especificidades dos procedimentos especiais e a aplicação das
normas gerais 47
- 2.560. os negócios jurídicos processuais 48
- 2.561. entre os procedimentos especiais e o comum – a indisponibilida-
de do procedimento..... 48
- 2.562. a conversão de alguns procedimentos especiais ao comum..... 49
- 2.563. visão panorâmica dos procedimentos especiais no direito proces-
sual civil brasileiro..... 50
- 2.564. procedimentos especiais e processos especiais – dois conceitos
que não se confundem..... 51

Capítulo CLXXI – Processo, procedimentos especiais e tutela diferenciada 53

Luiza Gonzaga Drumond Cenachi

- 2.565. processo e procedimento – conceitos..... 53

2.566.	procedimento comum, tutela jurisdicional diferenciada e a razão de ser dos procedimentos especiais.....	56
2.567.	processos ou procedimentos especiais?	58
2.568.	considerações finais e um convite à reflexão: estamos caminhando para o fim da tipificação dos procedimentos especiais?.....	60
	Referências Bibliográficas	63

Título XXXVIII – Os procedimentos especiais regidos pelo Código de Processo Civil

Capítulo CLXXII – Ação de consignação em pagamento.....67

Antonio Carlos Marcato

I – Introdução.....	67
2.569. o pagamento por consignação como modo anormal de extinção da obrigação	67
2.570. situações autorizadoras do pagamento por consignação.....	68
2.570.1 recusa do credor	68
2.570.2 inércia do credor.....	69
2.570.3 credor incapaz, desconhecido, ausente ou em local desconhecido ou inacessível	69
2.570.4 dúvida quanto à titularidade do crédito	70
2.570.5 litígio sobre o objeto do pagamento	70
2.570.6 outras hipóteses de pagamento por consignação	71
2.571. depósito extrajudicial e hipóteses de cabimento.....	71
2.571.1 requisitos do depósito extrajudicial	71
2.571.2 a realização do depósito extrajudicial.....	72
2.571.3 o depósito extrajudicial de aluguel e encargos da locação ..	74
II – A ação de consignação em pagamento	74
2.572. extinção da obrigação pela via judicial.....	74
2.573. a ação de consignação em pagamento	75
2.573.1 legitimidade ativa	75
2.573.2 legitimidade passiva	75
2.574. foro e juízo competentes	75
2.574.1 critérios determinativos da competência de foro.....	76

2.574.2	a relatividade da competência para a ação consignatória..	76
2.574.3	a existência de litisconsórcio passivo	76
2.575.	ação de consignação em pagamento e prestações sucessivas	77
2.575.1	pedido implícito de prestações sucessivas	77
2.575.2	consignação de prestações sucessivas.....	77
2.576.	valor da causa.....	78
2.577.	depósito judicial	78
2.577.1	efeitos do depósito judicial	79
2.578.	citação do réu	80
2.579.	direito de escolha da coisa devida.....	81
2.580.	defesas do réu.....	81
2.580.1	a defesa indicada no inc. I	81
2.580.2	a defesa indicada no inc. II	82
2.580.3	a defesa indicada no inc. III.....	82
2.580.4	a defesa indicada no inc. IV.....	83
2.581.	complementação do depósito	84
2.581.1	a não complementação do depósito e suas consequências.....	85
2.582.	ação de consignação em pagamento fundada na dúvida quanto à titularidade do crédito	86
2.582.1	posturas dos réus	87
2.583.	natureza da sentença	88
2.584.	enfitese civil e enfitese administrativa: resgate do aforamento.....	88

Capítulo CLXXIII – Ação de exigir contas 91

Bruno Vasconcelos Carrilho Lopes

2.585.	especialidade do procedimento	91
2.586.	direito de exigir contas e dever de prestá-las	92
2.587.	legitimidade <i>ad causam</i> e interesse de agir.....	93
2.588.	petição inicial.....	94
2.589.	resposta do réu	94
2.590.	julgamento da primeira fase.....	95
2.591.	início da segunda fase	96

2.592.	as contas, sua impugnação e a prova pericial	96
2.593.	julgamento da segunda fase	97

Capítulo CLXXIV – Ações possessórias..... 99

Heitor Vitor Mendonça Sica

2.594.	esclarecimentos iniciais	99
2.595.	estrutura do capítulo	100
2.596.	conceito de posse	101
2.597.	objeto da posse.....	104
2.598.	classificações da posse	105
2.599.	efeitos da posse	109
2.600.	proteção da posse	109
2.601.	fungibilidade das ações possessórias	110
2.602.	legitimidade ativa.....	111
2.603.	legitimidade passiva.....	113
2.604.	petição inicial.....	115
2.605.	procedimento.....	116
2.606.	tutela provisória para reintegração ou manutenção de posse de força nova.....	117
2.607.	tutela provisória para reintegração ou manutenção de posse de força velha em razão de urgência ou evidência	120
2.608.	tutela provisória liminar no interdito proibitório	121
2.609.	defesas do réu (duplicidade da ação e “contestação com conteúdo reconvencional”).....	121
2.610.	proibição da “exceção de domínio”	123
2.611.	ações possessórias contra coletividades.....	125
2.612.	função social da posse como requisito para a tutela possessória?	128

Capítulo CLXXV – Ações de divisão e de demarcação de terras particulares..... 131

João Cánovas Bottazzo Ganacin

2.613.	considerações introdutórias.....	131
2.614.	traços comuns das ações demarcatória e divisória.....	132
2.615.	forma de citação e prazo para defesa	134
2.616.	procedimentos bifásicos.....	135
2.617.	custo do processo nas ações demarcatória e divisória	136

2.618.	cabimento da ação demarcatória.....	137
2.619.	legitimidade para a ação demarcatória.....	138
2.620.	as duas fases da ação demarcatória.....	139
2.621.	cabimento da ação divisória.....	143
2.622.	legitimidade para a ação divisória.....	145
2.623.	as duas fases da ação divisória.....	146
2.624.	indenização por usurpação de terreno.....	150
2.625.	cumulação de ação demarcatória com ação divisória.....	151
	Referências Bibliográficas	151

Capítulo CLXXVI – Ações de apuração de haveres e de dissolução parcial de sociedade..... 155

Maurício Giannico | Francisco Ettore Giannico Neto

2.626.	dissolução parcial da sociedade no ordenamento jurídico brasileiro: breve digressão histórica	155
2.627.	dissolução parcial da sociedade x apuração de haveres: pretensões distintas e por vezes autônomas	158
2.628.	críticas terminológicas à expressão “dissolução parcial”	160
2.629.	procedimento e a medida de sua real especialidade.....	161
2.630.	sociedades sujeitas à dissolução parcial.....	163
2.631.	legitimidade ativa.....	166
2.631.1	legitimidade ativa do espólio e dos sucessores (CPC, art. 600, incs. I e II)	166
2.631.2	legitimidade ativa da sociedade (CPC, art. 600, incs. III e V).....	168
2.631.3	legitimidade ativa do sócio retirante, dissidente ou excluído (CPC, art. 600, incs. IV e VI).....	170
2.631.4	legitimidade ativa do ex-cônjuge ou ex-companheiro do sócio (CPC, art. 600, par. ún.).....	171
2.632.	legitimidade passiva.....	172
2.633.	causa de pedir.....	175
2.634.	pedido.....	176
2.635.	critérios para a apuração de haveres e pagamento	177
2.636.	julgamento das ações de dissolução e de apuração de haveres: natureza das decisões, honorários e recursos	182
	Referências Bibliográficas	183

Capítulo CLXXVII – Inventário, partilha e arrolamento 187

Paulo Cezar Pinheiro Carneiro

2.637.	considerações iniciais.....	187
2.638.	legitimidade para requerer o inventário	188
2.639.	inventariante e primeiras declarações	190
2.639.1	o inventariante e o termo de compromisso.....	191
2.639.2	a representação judicial do espólio	191
2.639.3	a administração do espólio	191
2.639.4	as primeiras e as últimas declarações	192
2.639.5	conteúdo das primeiras declarações	192
2.639.6	remoção do inventariante	194
2.640.	citações e impugnações.....	195
2.640.1	a atuação da Fazenda Pública como parte.....	196
2.641.	avaliação e cálculo do imposto	197
2.641.1	impugnação à avaliação	198
2.641.2	declarações finais	199
2.642.	colações.....	199
2.643.	pagamento das dívidas	200
2.644.	partilha	201
2.644.1	a manifestação das partes sobre o esboço da partilha	202
2.644.2	o pagamento do imposto de transmissão e as certidões negativas são condições para sentença de partilha?	202
2.644.3	o formal de partilha	203
2.645.	arrolamento	204
2.645.1	possibilidade de conversão do inventário em arrolamento sumário.....	205
2.645.2	arrolamento comum – cabimento e procedimento	205

Capítulo CLXXVIII – Oposição 207

Clarisse Frechiani Lara Leite

2.646.	conceito	207
2.647.	histórico do instituto no sistema brasileiro – a oposição interventiva e a oposição autônoma	209

2.648.	intervenção de terceiro em sentido amplo, veiculada mediante processo incidente	212
2.649.	demanda de terceiro veiculada espontaneamente mediante exercício de direito de ação	216
2.650.	direitos e pretensões em jogo: a incompatibilidade como requisito para a oposição.....	216
2.651.	processo de conhecimento <i>inter alios</i> pendente em primeiro grau de jurisdição	218
2.652.	competência absoluta do juízo de origem.....	220
2.653.	litisconsórcio passivo necessário (e, em parte, unitário) entre autor e réu do processo de origem	221
2.654.	facultatividade da via especial da oposição: riscos e benefícios a serem avaliados pelo terceiro.....	225
2.655.	facultatividade da oposição e não formação do litisconsórcio necessário	226
2.656.	especificidades do procedimento especial da oposição	227
2.657.	propositura da demanda e distribuição por dependência	228
2.658.	citação dos opostos na pessoa dos representantes e apresentação de defesa.....	229
2.659.	princípio da aquisição e mitigação dos efeitos da revelia.....	231
2.660.	instrução probatória conjunta para formação de juízo fático único....	232
2.661.	excepcional suspensão do processo de origem para aguardar a instrução em separado da oposição.....	233
2.662.	reconhecimento unilateral do pedido por algum dos opostos	234
2.663.	juízo conjunto.....	236
2.664.	relação de antecedência entre pretensões: prejudicialidade.....	238
2.665.	recorribilidade	241
2.666.	limites da devolução recursal.....	243
2.667.	limites subjetivos da eficácia e da estabilidade das decisões	245
2.668.	confronto com os embargos de terceiro	248

Capítulo CLXXIX – Habilitação

Helena Najjar Abdo

2.669.	morte, suspensão do processo e sucessão da parte	251
2.670.	transmissibilidade do direito ou da obrigação	253

2.671.	dupla legitimidade.....	255
2.672.	processamento da habilitação direta e da apartada	256
2.673.	natureza da decisão sobre o pedido de habilitação	260

Capítulo CLXXX – Ações de família..... 263

Marina Pacheco Cardoso Dinamarco

2.674.	ações litigiosas de família	263
2.675.	mediação e conciliação	266
2.676.	procedimento específico.....	267

Capítulo CLXXXI – Ação monitória..... 271

José Rogério Cruz e Tucci

2.677.	introdução	271
2.678.	enquadramento topológico (interação entre direito e processo)	273
2.679.	conceito e características.....	274
2.680.	legitimação ativa e passiva – intervenção de terceiros	275
2.681.	viabilidade de ajuizamento em face da Fazenda Pública.....	276
2.682.	fase procedimental preambular: requisitos da petição inicial (causa de pedir e pedido)	278
2.683.	significado da locução “prova escrita”.....	280
2.683.1	conceito de “prova escrita”	280
2.683.2	justificativa para a exigência da “prova escrita”	282
2.683.3	elementos intrínsecos da “prova escrita”	284
2.684.	natureza da decisão liminar e recurso cabível.....	287
2.685.	atitudes do réu e efeitos da decisão liminar	288
2.686.	ato decisório liminar e hipoteca judiciária	290
2.687.	regime dos embargos ao mandado e ampliação do objeto litigioso – expressa possibilidade de reconvenção	292
2.687.1	aspectos gerais.....	292
2.687.2	efeito do recurso de apelação	294
2.688.	constituição do título executivo judicial	296
2.689.	limites da preclusão e da cognição nos futuros embargos à execução.....	296
2.690.	previsão de cabimento de ação rescisória	299
2.691.	repressão ao dolo processual.....	300

2.692.	hipóteses de cabimento	301
2.692.1	situações extraídas da praxe forense.....	301
2.692.2	“cheque prescrito”	304
2.692.3	contrato de abertura de crédito	307
2.693.	considerações conclusivas	308
	Referências Bibliográficas	309

Capítulo CLXXXII – Homologação do penhor legal 313

Helena Mechlin Wajsfeld Cicaroni

2.694.	o penhor no direito material.....	313
2.695.	o penhor legal.....	316
2.696.	procedimento da ação de homologação judicial do penhor legal	318
2.696.1	defesa do réu e conversão do procedimento especial em comum	319
2.696.2	sentença homologatória e recurso.....	321
2.697.	homologação extrajudicial do penhor legal	324
	Referências Bibliográficas	326

Capítulo CLXXXIII – Regulação de avaria grossa 327

Marcelo Pacheco Machado

2.698.	a avaria grossa.....	327
2.699.	a especialidade do procedimento	329
2.700.	avaría grossa e procedimento comum.....	330
2.701.	pedido e natureza dúplice.....	332
2.702.	eleição consensual do regulador	333
2.703.	nomeação judicial	334
2.704.	competência	335
2.705.	legitimidade.....	336
2.706.	admissibilidade do procedimento	337
2.707.	contraditório sobre admissibilidade	338
2.708.	procedimento para liberação da carga.....	338
2.709.	ausência de garantias.....	340
2.710.	contraditório, instrução e fixação de prazo pelo regulador	340
2.711.	regulamento de avaria grossa.....	341
2.712.	impugnação	342

2.713.	provimento jurisdicional	343
2.714.	recorribilidade	344
2.715.	posição jurídica do regulador	344
	Referências Bibliográficas	346

Capítulo CLXXXIV – Restauração de autos..... 349

Daniel Menegassi Zotareli

2.716.	o processo, os autos e a eventual necessidade de restauração destes	349
2.717.	processo incidental.....	351
2.718.	jurisdição contenciosa.....	352
2.719.	o interesse público na restauração.....	353
2.720.	princípio da colaboração	354
2.721.	restauração sem inovações ou alterações.....	355
2.722.	interesse processual – desaparecimento dos autos.....	356
2.723.	as posições detidas na restauração dos autos – efetiva participação de todos os envolvidos	359
2.724.	legitimidade ativa.....	360
2.725.	legitimidade passiva.....	362
2.726.	o procedimento especial para restauração dos autos – petição inicial...	362
2.727.	suspensão do processo – força maior	365
2.728.	contestação – possíveis posturas do réu.....	366
2.729.	sem reconvenção – duplicidade da demanda	369
2.730.	repetição de atos.....	370
2.731.	prova oral	371
2.732.	prova pericial	372
2.733.	prova documental.....	373
2.734.	a decisão sobre a restauração – tutela meramente declaratória.....	373
2.735.	aparição dos autos originais.....	374
2.736.	responsabilidade pelo desaparecimento – custos do processo	376
2.737.	responsabilização civil, penal e funcional	377
	Referências Bibliográficas	378

Capítulo CLXXXV– Notificação, interpelação e protesto 381

Júlio César Fernandes

2.738.	introdução	381
--------	------------------	-----

2.739. conceito.....	382
2.740. procedimento.....	385
2.741. ausência de contraditório	389
2.742. protesto contra alienação de bens	389
2.743. conclusão.....	391
Referências Bibliográficas	391

Capítulo CLXXXVI – Alienação judicial..... 393

Fabio Guidi Tabosa Pessoa

2.744. alcance da expressão “alienação judicial”	393
2.745. alienação judicial como objeto de procedimento especial de jurisdição voluntária.....	397
2.746. confronto com a disciplina procedimental anterior	400
2.747. abrangência restrita da regra do art. 730 do CPC-2015	403

Capítulo CLXXXVII – Divórcio e separação consensuais, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio..... 407

Marina Pacheco Cardoso Dinamarco

2.748. homologação do divórcio ou da separação consensual.....	407
2.749. requisitos para a realização via escritura pública.....	412
2.750. alteração consensual do regime de bens do casamento	413
Referências Bibliográficas	413

Capítulo CLXXXVIII – Registro de testamento e de codicilo 415

Francisco José Cahali

2.751. considerações iniciais.....	415
2.752. sobrevoos nas disposições de última vontade	416
2.753. do processo necessário de registro de testamento e codicilo	419
2.753.1 legitimidade para se requerer o registro de testamento...	424
2.753.2 da importância e finalidade específica do registro de acordo com a forma do testamento.....	425
2.753.3 participação dos herdeiros, do testamenteiro e do Ministério Público no processo de registro de testamento.....	427

2.753.4	do procedimento e suas particularidades para cada uma das formas de testamento.....	429
2.753.5	finalização do processo de registro no curso da ação de invalidação do testamento.....	432
2.754.	do testamenteiro.....	433
2.755.	registro de testamento, inventário extrajudicial e arbitragem.....	434
Referências Bibliográficas		438

Capítulo CLXXXIX – Herança jacente, bens de ausentes e coisas

vagas	439
--------------------	-----

Marcelo José Magalhães Bonizzi

2.756.	considerações gerais.....	439
2.757.	aspectos procedimentais.....	440
2.758.	breves notas sobre os “bens dos ausentes”	443
2.759.	a regulação das denominadas “coisas vagas” prevista no art. 746 do CPC.....	444
2.760.	considerações finais	445

Capítulo CXC – Interdição, curatela e tutela

Julia Prado Mascarenhas

2.761.	considerações introdutórias.....	447
2.762.	procedimento de jurisdição voluntária.....	448
2.763.	Estatuto da Pessoa com Deficiência	450
2.764.	tomada de decisão apoiada (CC, art. 1.783-A)	452
2.765.	legitimidade ativa.....	453
2.766.	petição inicial.....	454
2.767.	tutela provisória	455
2.768.	citação e defesa	455
2.769.	instrução processual	456
2.770.	sentença de interdição	457
2.771.	extinção ou modificação da interdição.....	459
2.772.	tutela e curatela	459
2.773.	disciplina da tutela	460
2.774.	nomeação do tutor ou curador.....	460

2.775.	dispensa da tutela ou curatela	461
2.776.	remoção do tutor ou curador	461
2.777.	cessação da tutela ou curatela	462
2.778.	prestação de contas	463
	Referências Bibliográficas	463

Capítulo CXCI – Organização e fiscalização das fundações

Caroline Dal Poz Ezequiel

2.779.	as fundações, a sua relevância social e o procedimento para sua organização e fiscalização	465
2.780.	natureza jurídica das fundações e a sua submissão ao procedi- mento disposto no Código de Processo Civil	467
2.781.	instituição da fundação: elaboração do estatuto e sua aprovação	468
2.781.1	elaboração do estatuto fundacional pelo Ministério Público	470
2.781.2	suprimento judicial de aprovação estatutária: principais questões procedimentais	471
2.782.	alteração do estatuto fundacional	474
2.783.	extinção da fundação	476
	Referências Bibliográficas	479

Capítulo CXCII – Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo

Marcelo Pacheco Machado

2.784.	a situação de direito material adjacente	481
2.785.	o ato de ratificação	482
2.786.	o procedimento	483
2.787.	sentença	485
	Referências Bibliográficas	486

Capítulo CXCIH – Exibição de documento ou coisa

Márcia Conceição Alves Dinamarco

2.788.	localização do instituto	487
2.789.	exibição de documento e produção antecipada de prova	488
2.790.	exibição de documento e o dever de colaborar	490

2.791.	requisitos do pedido de exibição de documento ou coisa	490
2.792.	procedimento da exibição de documento ou coisa	492
2.793.	inadmissão da recusa de apresentar o documento ou coisa	492
2.794.	ônus de exibição e consequências de sua não apresentação – em face da parte	493
2.795.	medidas de sub-rogação	494
2.796.	dever de exibição do documento ou coisa pelo terceiro	496
2.797.	procedimento de exibição de documento ou coisa em face de terceiro	496
2.798.	sanções ao terceiro que se recuse à exibição	497
2.799.	justa recusa na exibição do documento ou coisa	497
2.800.	justa recusa parcial	497
2.801.	natureza jurídica da decisão	497
2.802.	verbas sucumbenciais	498
	Referências Bibliográficas	498

Capítulo CXIV – Homologação de sentença estrangeira 501

André de Albuquerque Cavalcanti Abbud

2.803.	introdução: processo homologatório e juízo de delibação	501
2.803.1	natureza do procedimento e do provimento homologatório	504
2.804.	o conceito de sentença (e decisão) estrangeira	505
2.805.	eficácia e autoridade da sentença dependentes de homologação	507
2.806.	fontes do direito aplicável ao reconhecimento de sentenças estrangeiras	508
2.807.	pressupostos de admissibilidade do julgamento do mérito	510
2.807.1	interesse jurídico na homologação	510
2.807.2	partes legítimas no processo de homologação	512
2.807.3	inexistência de fatos impeditivos: “litispendência” e coisa julgada	513
2.807.4	documentos indispensáveis à propositura da demanda homologatória	514
2.808.	causas oponíveis à homologação de sentenças estrangeiras: limites ..	516
2.809.	causas oponíveis à homologação de sentenças judiciais estrangeiras ..	517
2.809.1	incompetência da autoridade estrangeira (CPC, arts. 963, inc. I, e 964)	517

2.809.2	citação irregular (CPC, art. 963, inc. II).....	518
2.809.3	ineficácia no país de origem (CPC, art. 963, inc. III).....	519
2.809.4	ofensa à coisa julgada brasileira (CPC, art. 963, inc. IV).....	519
2.809.5	ofensa manifesta à ordem pública nacional (CPC, art. 963, inc. VI).....	520
2.810.	causas oponíveis à homologação de sentenças arbitrais estrangeiras.	522
2.810.1	incapacidade das partes na convenção de arbitragem (CNI, art. V.1.a; LArb, art. 38, inc. I).....	522
2.810.2	invalidade objetiva da convenção de arbitragem (CNI, art. V.1.a; LArb, art. 38, inc. II)	523
2.810.3	falta de notificação e violação ao contraditório e à ampla defesa (CNI, art. V.1.b; LArb, art. 38, inc. III)	527
2.810.4	sentença fora dos limites da convenção de arbitragem (CNI, art. V.1.c; LArb, art. 38, inc. IV)	530
2.810.5	desacordo entre a instituição da arbitragem e a convenção (CNI, art. V.1.d; LArb, art. 38, inc. V).....	532
2.810.6	sentença ainda não obrigatória, anulada ou suspensa no país de origem (CNI, art. V.1.e; LArb, art. 38, inc. VI).....	533
2.810.7	litígio não arbitrável segundo a lei brasileira (CNI, art. V.2.a; LArb, art. 39, inc. I)	536
2.810.8	violação à ordem pública nacional (CNI, art. V.2.b; LArb, art. 39, inc. II).....	537
2.811.	homologação parcial	538
2.812.	tutelas provisórias: concessão e reconhecimento.....	538
2.813.	procedimento, recursos e execução.....	541
2.814.	ação rescisória.....	544
	Referências Bibliográficas	545

Título XXXIX – Tutela coletiva e do patrimônio público

Capítulo CXCV – Ação civil pública	551
---	------------

Pedro da Silva Dinamarco

2.815.	terminologia	551
2.816.	legislação aplicável	552

2.817.	matérias	553
2.818.	espécies de direitos metaindividuais	555
2.819.	processo especial – e não procedimento especial	557
2.820.	competência	558
2.821.	relação com os processos individuais	558
2.822.	legitimidade ativa extraordinária	559
2.823.	legitimidade e litisconsórcio passivos.....	563
2.824.	intervenção de terceiros	563
2.825.	ação civil pública passiva.....	564
2.826.	inquérito civil.....	565
2.827.	prova	567
2.828.	tutela provisória	568
2.829.	prescrição	570
2.830.	meios de impugnação das decisões.....	572
2.831.	negócio processual.....	572
2.832.	coisa julgada.....	574
2.833.	liquidação e cumprimento da sentença coletiva.....	577
2.834.	custas, despesas e honorários.....	579
	Referências Bibliográficas	580

Capítulo CXCVI – Ação popular..... 583

Fernão Borba Franco

2.835.	considerações iniciais.....	583
2.836.	legitimidade ativa.....	584
2.837.	legitimidade passiva.....	585
2.838.	é possível a mudança de polo no processo.....	586
2.839.	o Ministério Público.....	586
2.840.	o juiz.....	587
2.841.	o objeto do processo.....	587
2.842.	a demanda	589
2.843.	providências preliminares	589
2.844.	instrução	591
2.845.	sentença.....	592

2.846.	meios de impugnação.....	593
2.847.	ônus de sucumbência e regime de custas.....	594
2.848.	cumprimento da sentença.....	594
2.849.	prescrição	595
2.850.	considerações finais	595
	Referências Bibliográficas	596

Capítulo CXCVII – Mandado de segurança coletivo..... 599

Carlos Alberto de Salles | Susana Henriques da Costa

2.851.	conceito e finalidade	599
2.852.	mandado de segurança coletivo e institutos afins	601
2.853.	o objeto do mandado de segurança coletivo	605
2.854.	legitimidade.....	608
2.855.	litispendência e coisa julgada.....	612
2.856.	liminares no mandado de segurança e suas limitações	616
2.857.	conclusões: seria possível uma sistematização epistemológica?	619
	Referências Bibliográficas	620

Capítulo CXCVIII – Ação de improbidade administrativa..... 621

Flávio Luiz Yarshell

2.858.	premissas: especialidade do processo – significado e desdobramentos	621
2.859.	a tutela da probidade administrativa no direito positivo brasileiro: premissas a nortear a adaptação e a especialidade do processo – direito administrativo sancionador.....	623
2.860.	jurisdição.....	625
2.861.	competência	627
2.862.	legitimidade e interesse.....	628
2.863.	litisconsórcio	631
2.864.	intervenção de terceiros	632
2.865.	tutela provisória	635
2.866.	fase postulatória	638
2.867.	fase de julgamento conforme o estado do processo: extinção do processo, julgamento antecipado do mérito (total ou parcial) e saneamento.....	641

2.868.	fase instrutória.....	643
2.869.	fase decisória.....	644
2.870.	fase recursal	646
2.871.	liquidação e cumprimento.....	646
2.872.	direito intertemporal.....	647

Título XL – Controle de constitucionalidade e remédios constitucionais

Capítulo CXCI – Ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade	653
--	------------

Eduardo Talamini

2.873.	introdução: processo objetivo – carga política.....	653
--------	---	-----

Primeira parte: ação direta de inconstitucionalidade

2.874.	origem e desenvolvimento	656
2.875.	objeto.....	657
2.876.	parâmetro de controle	662
2.877.	fungibilidade entre ADI e ADPF.....	663
2.878.	legitimados ativos	664
2.879.	legitimidade passiva.....	667
2.880.	participação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República.....	668
2.881.	intervenção de terceiros	669
2.882.	petição inicial.....	671
2.883.	cumulação de pedidos.....	672
2.884.	indeferimento da inicial	673
2.885.	emenda à petição inicial.....	674
2.886.	procedimento.....	674
2.887.	providências instrutórias	676
2.888.	impossibilidade de desistência.....	677
2.889.	reunião de ações.....	677
2.890.	suspeição e impedimento: excepcionalidade	677
2.891.	medida urgente.....	678

Segunda parte: ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	681
2.892. origem e finalidade.....	681
2.893. processo objetivo	682
2.894. objeto e parâmetro de controle.....	682
2.895. legitimidade, sujeitos secundários e intervenção de terceiros	683
2.896. petição inicial e procedimento	684
2.897. medida urgente.....	685
2.898. fungibilidade e cumulatividade com a ADI	686
Terceira parte: ação declaratória de constitucionalidade	686
2.899. origem e evolução.....	686
2.900. caráter objetivo do processo.....	687
2.901. objeto e parâmetro de controle.....	687
2.902. legitimidade ativa.....	687
2.903. interesse de agir.....	688
2.904. a ausência de um legitimado passivo: necessidade de interpretação conforme – intervenção de terceiros	688
2.905. petição inicial.....	690
2.906. procedimento.....	691
2.907. medida urgente.....	691
Quarta parte: a decisão final na ADI, ADO e ADC	662
2.908. deliberação: quóruns e publicidade.....	692
2.909. o caráter dúplice da ADI e da ADC: limite	693
2.910. irrecorribilidade e irrevogabilidade.....	694
2.911. efeitos da decisão final da ADI e da ADC.....	695
2.912. a supressão da norma inconstitucional.....	698
2.913. os limites à autoridade e eficácia da decisão declaratória de constitucionalidade e da decisão de interpretação conforme	699
2.914. limites temporais – modulação de efeitos.....	701
2.915. conteúdo e efeitos da decisão final da ADO	704
2.916. estabilidade da decisão final.....	705
Referências Bibliográficas	706

Capítulo CC – Arguição de descumprimento de preceito fundamental..... 709

Ricardo de Barros Leonel

2.917. introdução	709
2.918. posicionamento sistêmico da ADPF no cenário constitucional e legal brasileiro.....	710
2.919. ADPF no contexto do controle de constitucionalidade.....	711
2.920. ADPF sob a perspectiva dos procedimentos especiais	716
2.921. natureza e finalidade da ADPF: objeto do controle	717
2.922. ainda a natureza e finalidade: preceito fundamental e subsidiariedade	719
2.923. aspectos do procedimento	720
2.924. partes: legitimados	721
2.925. legitimados e pertinência temática.....	722
2.926. intervenção do Ministério Público	725
2.927. causa de pedir.....	726
2.928. pedido.....	727
2.929. tutela de urgência	729
2.930. intervenção de terceiros: particularidades.....	730
2.931. decisão.....	731
2.932. efeitos da decisão	733
2.933. possibilidade de modulação dos efeitos da decisão	734
2.934. meios de impugnação.....	735
2.935. a título de conclusão.....	739
Referências Bibliográficas	739

Capítulo CCI – Mandado de injunção..... 741

João Francisco Naves da Fonseca

2.936. previsão normativa, natureza jurídica e objeto	741
2.937. controle judicial das chamadas “omissões parciais”.....	743
2.938. competência	744
2.939. legitimidade ativa.....	745
2.940. legitimidade passiva.....	745
2.941. procedimento.....	746

2.942.	decisão final	747
2.943.	análise crítica da eficácia da decisão à luz da evolução jurisprudencial e da lei	748
2.944.	a provisoriedade da decisão do mandado de injunção	752
2.945.	continuação: revisão judicial da decisão transitada em julgado	753
2.946.	mandado de injunção coletivo	753

Capítulo CCII – Mandado de segurança..... 757

José Roberto dos Santos Bedaque

2.947.	considerações gerais.....	757
2.947.1	espécies de tutela jurisdicional.....	759
2.947.2	tutelas cognitivas precedidas de cognição exauriente	760
2.947.3	tutela mandamental.....	761
2.947.4	caracterização da denominada tutela mandamental.....	763
2.947.5	sentenças mandamental e executiva: características.....	765
2.948.	especificidades processuais do mandado de segurança: o direito líquido e certo	771
2.949.	início do processo	774
2.950.	legitimidade passiva e ilegalidade do ato.....	775
2.951.	liminar	777
2.951.1	requisitos para concessão da liminar	779
2.951.2	recurso	782
2.952.	indeferimento da inicial: prazo decadencial(?)	782
2.953.	Ministério Público.....	784
2.954.	mandado de segurança: restrições quanto ao cabimento por inexistência manifesta do interesse processual	784
2.955.	decisão final e recurso	786
2.956.	honorários advocatícios	789

Capítulo CCIII – “Habeas data” 791

Fernando Fontoura da Silva Cais

2.957.	objeto da proteção constitucional.....	791
2.958.	legitimidade ativa e passiva	794
2.959.	necessidade de requerimento extrajudicial	795

2.960.	ampliação da garantia constitucional?	797
2.961.	procedimento.....	798
2.962.	impossibilidade de produção probatória?	800
2.963.	competência	801
2.964.	recursos e reexame necessário	803
2.965.	tutela de urgência e suspensão da ordem	806
2.966.	coisa julgada.....	807
2.967.	tramitação prioritária e celeridade	808
2.968.	custo do processo e honorários advocatícios	808

Título XLI – Locação

Capítulo CCIV – Ações de despejo.....	813
--	------------

Oswaldo Daguano Júnior

2.969.	procedimento especial: pontuais desvios do procedimento comum... 813
2.970.	generalidades..... 814
2.971.	petição inicial..... 816
2.972.	legitimidade..... 816
2.973.	competência
2.974.	valor da causa..... 818
2.975.	resposta do réu
2.976.	efeito dos recursos e execução provisória..... 823
2.977.	tramitação dos processos e recesso forense
2.978.	ordem de despejo liminar..... 829
2.979.	pacífica convivência com as tutelas provisórias do CPC..... 832
2.980.	intervenção coata do sublocatário..... 834
2.981.	natureza jurídica da sentença
	Referências Bibliográficas

Capítulo CCV – Ação de consignação de aluguel e de acessórios da locação	841
---	------------

Francisco Ettore Giannico Neto

2.982.	introdução	841
2.983.	considerações gerais sobre a ação consignatória de aluguel e acessórios da locação	842

2.984.	consignação extrajudicial de aluguel e acessórios da locação	846
2.985.	procedimento judicial da ação consignatória de aluguel e acessórios da locação.....	847
2.986.	foro competente	847
2.987.	legitimidades ativa e passiva.....	848
2.988.	valor da causa.....	849
2.989.	da petição inicial	850
2.990.	da citação	850
2.991.	do depósito quando recebida a petição inicial e determinada a citação	851
2.992.	do depósito das prestações vincendas	853
2.993.	contestação	854
2.994.	a possibilidade de oferecer reconvenção.....	856
2.995.	as possíveis atitudes do autor após a manifestação do réu (contestação ou reconvenção)	858
2.996.	levantamento dos valores incontroversos	859
2.997.	sentença, honorários e recurso	859
2.998.	do pedido de consignação de chaves	861
2.999.	conclusão.....	862
	Referências Bibliográficas	862

Capítulo CCVI – Ação renovatória

Luis Guilherme Aidar Bondioli

3.000.	considerações iniciais e requisitos materiais.....	865
3.001.	procedimento nada especial	867
3.002.	petição inicial e limites da demanda	868
3.003.	resposta do réu, limites da reconvenção e ausência de duplicidade ...	870
3.004.	consolidação das postulações das partes e fases ordinatória, instrutória e decisória.....	871
3.005.	recursos e cumprimento da sentença.....	874

Capítulo CCVII – Ação revisional de aluguel

Daniel Raichelis Degenszajn

3.006.	ação revisional de aluguel na teoria dos procedimentos especiais	875
--------	--	-----

3.007.	a disciplina legal da ação revisional de aluguel e os fundamentos sociais e políticos da existência de um procedimento especial.....	878
3.008.	legitimidade e litisconsórcio	885
3.009.	do aluguel provisório	887
3.010.	valor da causa.....	888
3.011.	pedido.....	889
3.012.	da competência.....	890
3.013.	da audiência inicial	890
3.014.	a disciplina dos honorários de sucumbência	891
3.015.	a exigência (e natureza jurídica) do prazo de três anos estabelecido em lei para revisão judicial do aluguel (LI, art. 19, <i>caput</i>).....	894
3.016.	a (in)admissibilidade da sentença <i>ultra petita</i> ? – isonomia e princípios de direito processual	898
	Referências Bibliográficas	902

Título XLII – Outros procedimentos

Capítulo CCVIII – Procedimento arbitral 905

Carlos Alberto Carmona

3.017.	um procedimento rebelde.....	905
3.018.	liberdade com responsabilidade	906
3.019.	limites.....	908
3.020.	a Lei de Arbitragem e os elementos estruturais básicos do procedimento	908
3.021.	a teoria geral do processo e os elementos estruturais básicos do procedimento.....	912
3.022.	órgãos arbitrais e os procedimentos arbitrais	918
3.023.	confidencialidade	919
3.024.	procedimento arbitral no terceiro milênio.....	921

Capítulo CCIX – Juizados especiais 923

Melina Martins Merlo Fernandes

3.025.	o microssistema dos juizados especiais cíveis	923
3.026.	competência	924
3.027.	valor da causa.....	928

3.028.	partes	929
3.028.1	intervenção de terceiros.....	930
3.029.	pedido inicial.....	931
3.029.1	requisitos do pedido	931
3.029.2	tutela de urgência	931
3.030.	citação e intimação.....	932
3.031.	contagem dos prazos e contestação.....	932
3.032.	audiência	933
3.033.	julgamento.....	934
3.034.	recursos	935
3.035.	da execução.....	937
	Referências Bibliográficas	938

Capítulo CCX – Procedimentos relativos a bens alienados fiduciariamente

939

José Carlos Baptista Puoli

3.036.	introdução: a alienação fiduciária – aspectos gerais	939
3.037.	procedimentos decorrentes da mora em caso de obrigações garantidas por alienação fiduciária	942
3.037.1	a “execução” da garantia quando móvel a coisa dada em alienação fiduciária	943
3.037.2	a “execução” da garantia quando imóvel a coisa dada em alienação fiduciária.....	948
3.038.	conclusão.....	953
	Referências Bibliográficas	953

Capítulo CCXI – Ação de desapropriação.....

955

Ricardo de Carvalho Aprigliano

3.039.	considerações iniciais.....	955
3.039.1	conceito e disciplina legal.....	955
3.039.2	cabimento e tipos de desapropriação	956
3.040.	a ação de desapropriação	957
3.040.1	fase declaratória.....	958
3.040.2	fase executória.....	958

3.040.3	peculiaridades do procedimento da desapropriação	959
3.040.4	cabimento	961
3.040.5	legitimidade ativa	962
3.040.6	peculiaridades da petição inicial	963
3.040.7	competência	963
3.040.8	legitimidade passiva	963
3.040.9	conteúdo da defesa	963
3.040.10	procedimento	965
3.040.11	natureza do provimento jurisdicional.....	968
3.040.12	o regime dos juros decorrentes da desapropriação	970
3.040.13	desistência da desapropriação	972
Referências Bibliográficas		973